

ICATU

VANGUARDA COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

CNPJ: 42.582.049/0001-40

www.icatuseguros.com.br
Avenida Oscar Niemeyer, 2000, 18º ao 21º andares
Santo Cristo - Rio de Janeiro - CEP: 20220-297

Relatório da administração

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Senhores Acionistas,

1. Contexto geral

Submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras (Demonstrações) da Vanguarda Companhia de Seguros Gerais (Companhia), relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, elaboradas em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Essas práticas contábeis estão contidas no conjunto de normas emitidas pela SUSEP e pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), onde se destacam a Resolução CNSP nº 432 de 12 de novembro de 2021 e a Circular nº 648 de 12 de novembro de 2021, e suas alterações posteriores, sendo esta última a que aprova a adoção dos pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), na íntegra ou com especificidades, para essas companhias.

Nessas Demonstrações, a Vanguarda Companhia de Seguros Gerais é tratada pelo termo "Companhia" e o termo "Grupo Icatu" é usado para tratar o conjunto formado pela Icatu Seguros S.A., suas controladas e coligadas, a qual a Companhia faz parte.

2. Desempenho nas operações

A Companhia está inoperante e em 2023 apresentou um prejuízo líquido de R\$ 288 (lucro líquido de 19 em 2022). Esses resultados são oriundos de despesas administrativas de R\$ 288 em 2023 (R\$ 278 em 2022), despesas com tributos de R\$ 220 em 2023 (R\$ 177 em 2022) e resultado financeiro de R\$ 465 em 2023 (R\$ 482 em 2022). Apenas no ano de 2023, houve uma perda de ajuste de avaliação patrimonial de R\$ 244 registrada no resultado patrimonial. O ativo total atingiu R\$ 7.340 em 31 de dezembro de 2023

(R\$ 7.287 em 31 de dezembro de 2022) e o patrimônio líquido, R\$ 5.237 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 5.295 em 31 de dezembro de 2022).

A Administração considera que a Companhia possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando.

A Companhia dispõe de uma estrutura de governança corporativa e operacional, que permite aos acionistas administrarem o negócio de maneira eficiente, com o acompanhamento adequado dos resultados gerados, a garantia de conformidade legal e estatutária e o direcionamento de valores, objetivos e estratégias.

3. Política de dividendos e destinação do lucro líquido anual

A Companhia tem a política formal de distribuição de dividendos mínimos de 25% do lucro líquido do ano, conforme consta em seu Estatuto Social.

A distribuição dos resultados está apresentada a seguir, conforme o ano indicado:

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro (prejuízo) líquido no ano	(288)	19
Compensação de prejuízos acumulados	288	-
Lucro líquido no ano após compensações	-	19
Constituição de reserva legal	(1)	(1)
Base para a distribuição de dividendos	-	18
Dividendo mínimo obrigatório	-	9
Total destinação do lucro líquido	-	19
Constituição de reserva legal	-	1
Constituição de dividendo mínimo obrigatório	-	5
Dividendos em excesso ao mínimo obrigatório	-	13

Nas demonstrações das mutações do patrimônio líquido e de fluxos de caixa é possível ver, respectivamente, os dividendos próprios declarados e pagos nos anos de 2023 e de 2022.

4. ASG - Ambiental, social e governança

A Circular SUSEP nº 666 entrou em vigor em 01 de agosto de 2022 e seus prazos de adequação vão de 28 de fevereiro de 2023 a 30 de junho de 2025 para o segmento que a Companhia está inserida. O processo de adequação da Companhia começou com o diagnóstico, estudo de materialidade e o mapeamento inicial dos riscos de sustentabilidade.

Em linha com as exigências regulatórias, a Companhia divulgou sua política de sustentabilidade com base nos temas materiais - governança, ética e conduta profissional, pessoas, inovação, responsabilidade social, meio ambiente e riscos climáticos - em fevereiro de 2023. Ao longo do ano, o processo de inserção dos riscos de sustentabilidade no sistema de controles internos (SCI) e na estrutura de gestão de riscos (EGR) avançou, com conclusão prevista em 28 de fevereiro de 2024. A primeira divulgação do relatório de sustentabilidade está prevista para o ano de 2025.

5. Auditores independentes

A KPMG Auditores Independentes Ltda. presta serviços para o Grupo Icatu e os valores contratuais no ano de 2023, brutos de tributos, totalizam R\$ 2.283, referentes à auditoria das demonstrações financeiras e asseguarção, requeridos pelo órgão regulador.

6. Agradecimento

A Vanguarda Companhia de Seguros Gerais aproveita a oportunidade para agradecer aos acionistas pela confiança e à SUSEP pelo apoio.

Rio de Janeiro, 27 de fevereiro de 2024.

A Administração

Balancos patrimoniais

Para os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 - (Em milhares de reais)

	31/12/2023	31/12/2022
ATIVO		
CIRCULANTE	4.741	4.821
Disponível	43	161
Caixa e bancos	43	161
Aplicações Nota 5	4.574	4.497
Títulos de renda fixa - públicos	3.410	3.015
Quotas de fundos de investimentos	1.164	1.482
Títulos e créditos a receber	124	126
Títulos e créditos a receber	-	6
Créditos tributários e previdenciários Nota 6.1	124	120
Despesas antecipadas	-	37
ATIVO NÃO CIRCULANTE	2.599	2.466
Realizável a longo prazo	2.599	2.464
Títulos e créditos a receber	2.599	2.464
Créditos tributários e previdenciários Nota 6.2	399	399
Depósitos judiciais e fiscais Nota 7.1	2.200	2.065
Investimentos	-	2
Participações societárias	-	2
TOTAL DO ATIVO	7.340	7.287

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos resultados

Para os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 (Em milhares de reais, exceto o lucro/prejuízo líquido por ação)

	31/12/2023	31/12/2022	
Despesas administrativas	Nota 10.1	(289)	(278)
Despesas com tributos	Nota 10.2	(220)	(178)
Resultado financeiro	Nota 10.3	465	482
Resultado patrimonial		(244)	-
RESULTADO OPERACIONAL		(288)	26
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS		(288)	26
Imposto de renda	Nota 11	-	(4)
Contribuição social	Nota 11	-	(3)
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		(288)	19
Quantidade de ações	Nota 8.1	3.316.721	3.316.721
Lucro (prejuízo) líquido do exercício por ação - R\$		(0,087)	0,006

A Companhia não possui resultados abrangentes e por isso, não divulga a Demonstração de resultados abrangentes.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Para os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 (Em milhares de reais)

	Capital social	Reservas de capital		Reservas de lucros			Prejuízos acumulados	Total
		Reserva de ágio na subscrição de ações	Outras reservas de capital	Reserva legal	Reserva estatutária	Dividendo adicional proposto		
Saldos em 31 de dezembro de 2021	4.699	1	15	744	65	-	(243)	- 5.281
Destinação do lucro líquido								
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	19
Reserva legal	-	-	-	1	-	-	-	(1)
Dividendo adicional proposto	-	-	-	-	-	13	-	(13)
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	-	-	(5)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	4.699	1	15	745	65	13	(243)	- 5.295
Dividendos declarados e pagos - AGO 31/03/2023	-	-	-	-	-	(13)	-	(13)
Baixa outros ajustes avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	-	243	243
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	(288)
Compensação de prejuízos acumulados	-	-	-	(223)	(65)	-	-	288
Saldos em 31 de dezembro de 2023	4.699	1	15	522	-	-	-	- 5.237

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Para os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 (Em milhares de reais)

	31/12/2023	31/12/2022
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro ou (prejuízo) líquido do exercício	(288)	19
Ajustes para:		
Resultado de outras operações	244	-
Variação de Impostos Sobre o Lucro	3	-
Varição nas contas patrimoniais:		
Ativos financeiros	(77)	50
Créditos fiscais e previdenciários	(4)	(18)
Depósitos judiciais e fiscais	(135)	(146)
Despesas Antecipadas	37	-
Outros Ativos	2	(37)
Títulos e créditos a receber	6	6
Impostos e contribuições	-	28
Outras contas a pagar	114	155
Provisões judiciais	-	-
Caixa consumido (gerado) nas operações	(98)	57
Tributos sobre o lucro pagos	(2)	(26)
Caixa líquido consumido (gerado) nas atividades operacionais	(100)	31
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Pagamento de Dividendos	(18)	-
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento	(18)	-
Redução(aumento) líquido(a) de caixa e equivalentes de caixa	(118)	31
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	161	130
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	43	161

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

de 31 de dezembro de 2023 e de 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Vanguarda Companhia de Seguros Gerais (Companhia) é uma sociedade anônima de capital fechado, domiciliada no Brasil, com sede na capital do Estado do Rio de Janeiro, no Aqwa Corporate à Avenida Oscar Niemeyer, 2000, e autorizada pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) a operar na 6ª região (Rio de Janeiro, Espírito Santo e Minas Gerais) nos ramos de seguros de pessoas, na instituição de planos de previdência complementar aberta, podendo ainda participar como sócia ou acionista de outras sociedades.

Nessas Demonstrações, a Vanguarda Companhia de Seguros Gerais é tratada pelo termo "Companhia" e o termo "Grupo Icatu" é usado para tratar o conjunto formado pela Icatu Seguros S.A. e suas controladas, a qual a Companhia faz parte. A controladora final da Companhia, no Grupo Icatu, é a Icatu Seguros S.A..

A Companhia faz parte do Grupo Icatu, onde as empresas atuam de forma integrada e com o objetivo de obterem o maior nível de sinergia possível, sendo que os custos das estruturas operacional e administrativa comuns são absorvidos segundo a praticabilidade e a razoabilidade de lhes serem atribuídos, em conjunto ou individualmente.

Não houve comercialização de seguros de pessoas e planos de previdência complementar em 2023 e 2022, mas a empresa se manterá ativa em busca de novos negócios.

A Administração considera que a Companhia possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando.

2. Base de preparação e divulgação

As Demonstrações foram elaboradas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Essas práticas contábeis estão contidas no conjunto de normas emitidas pela SUSEP e pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), onde se destacam a Resolução CNSP nº 432 de 12 de novembro de 2021 e a Circular nº 648 de 12 de novembro de 2021, e suas alterações posteriores, sendo esta última a que aprova a adoção dos pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), na íntegra ou com especificidades, para essas companhias.

A Administração considera que a Companhia possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando, portanto, as Demonstrações foram preparadas com base nesse princípio.

A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações financeiras evidenciam todas as informações relevantes, utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente entre os períodos apresentados.

As Demonstrações foram autorizadas para emissão pela diretoria em 27 de fevereiro de 2024.

2.1. Base de mensuração

As Demonstrações foram preparadas com base no custo histórico, exceto quanto aos seguintes itens, reconhecidos à valor justo:

- Caixa e equivalente de caixa. (nota 3.2).
- Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. (nota 5).

2.2. Moeda funcional e de apresentação

As atividades da Companhia são desenvolvidas em um ambiente que adota o real (R\$) como moeda funcional e de apresentação e, portanto, essas demonstrações são expressas nessa mesma moeda, arredondados em milhares (R\$000), exceto quando indicado de outra forma.

3. Resumo das principais políticas contábeis materiais

A Companhia adotou a Divulgação de Políticas Contábeis (alterações ao CPC 26/IAS 1) a partir de 1º de janeiro de 2023. Embora as alterações não tenham resultado em nenhuma mudança nas políticas contábeis em si, elas afetaram as informações das políticas contábeis divulgadas nas demonstrações financeiras. As alterações exigem a divulgação de políticas contábeis "materiais", em vez de "significativas". As alterações também fornecem orientação sobre a aplicação da materialidade à divulgação de políticas contábeis, ajudando as entidades a fornecerem informações úteis sobre políticas contábeis específicas da entidade que os usuários precisam para entender outras informações nas demonstrações financeiras. A administração revisou as políticas contábeis e atualizou as informações divulgadas nesta nota.

Resumos das principais práticas contábeis apresentadas na sequência, foram aplicadas de maneira consistente para todos os períodos apresentados nessas Demonstrações.

3.1. Balanço patrimonial

• A Companhia efetua a revisão dos valores registrados no ativo e no passivo circulante, a cada data de elaboração das demonstrações financeiras, com o

objetivo de classificar como ativo ou passivo não circulante, o montante que ultrapassar o prazo de 12 (doze) meses subsequentes à respectiva data-base.

• Os títulos e valores mobiliários a valor justo por meio do resultado estão apresentados no ativo circulante, independentemente dos prazos de vencimento.

• Os ativos e passivos sujeitos à atualização monetária são atualizados com base nos índices que constam em seus respectivos contratos ou àqueles definidos em leis específicas.

• Os ativos e passivos sem vencimento definido tiveram seus valores registrados como circulante, e os passivos de provisões técnicas acompanham suas características e objetivos.

• Tributos diferidos são classificados no Ativo ou Passivo não circulante e não são ajustados à valor presente.

3.2. Caixa e equivalentes de caixa

São representados por depósitos bancários sem vencimento e instrumentos financeiros não utilizados na garantia das provisões técnicas, contidos em fundos exclusivos, com vencimento original de três meses ou menos a partir da data de contratação e que são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor.

3.3. Instrumentos financeiros

A Companhia mantém a avaliação de seus instrumentos financeiros, em consonância com os Pronunciamentos técnicos n.º 38, 39, 40 (R1) e 46 do CPC. Os critérios de classificação, mensuração e avaliação adotados pela Companhia e embasados nessas normas são descritos a seguir:

3.3.1. Mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os instrumentos financeiros classificados nessa categoria são aqueles cujo propósito da Companhia é negociá-los ativa e frequentemente e, portanto, são sempre classificados no ativo circulante e mensurados a valor justo. Os rendimentos e oscilações no valor justo são registrados contabilmente no resultado. A Companhia não tem derivativos nos períodos apresentados nas Demonstrações.

3.3.2. Empréstimos e recebíveis

São ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis que não estão cotados em mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a doze meses após a data-base do balanço. Estes são classificados como ativos não circulantes.

3.4. Depósitos judiciais e fiscais

Os depósitos judiciais e fiscais estão contabilizados no ativo não circulante. Os rendimentos e atualizações monetárias sobre os depósitos judiciais e fiscais são reconhecidos no resultado, na rubrica "Resultado financeiro". Os depósitos judiciais fiscais são atualizados monetariamente pela SELIC e os depósitos judiciais trabalhistas e cíveis pela Taxa Referencial (TR) + 0,5% ao mês.

3.5. Investimentos

As participações acionárias em coligadas são reconhecidas inicialmente pelo valor justo, ajustado pela redução ao valor recuperável, e posteriormente são avaliadas pelo método da equivalência patrimonial. Os resultados de equivalência patrimonial são registrados no resultado do período, sob a rubrica "Resultado patrimonial".

3.6. Tributos correntes e diferidos

O registro contábil do imposto de renda e contribuição social ativo e passivo, correntes e diferidos, é feito com base em cálculos pelas alíquotas vigentes na data-base das demonstrações financeiras. Adições e exclusões previstas na legislação em vigor, bem como compensações de créditos tributários, são aplicadas, quando cabíveis.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos refletem os efeitos das diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.

Os tributos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributárias não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributárias não utilizados possam ser utilizados. O reconhecimento desses tributos é feito com base nas expectativas da Administração sobre a realização dos resultados fiscais tributáveis futuros e sobre certas diferenças temporárias, cujas expectativas estão baseadas em projeções elaboradas e aprovadas para períodos de até dez anos.

Para efeito de apresentação nas demonstrações financeiras, os ativos e passivos fiscais correntes e diferidos são compensados quando há o direito legalmente executável para compensar os valores reconhecidos e estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária.

3.7. Provisões judiciais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos objetos de discussão judicial são realizados de acordo com a melhor estimativa dos valores a serem pagos. Os processos judiciais são classificados utilizando os prognósticos de perda em provável, possível e remoto. A análise desses prognósticos é realizada com base na experiência dos escritórios de advocacia externos em conjunto com o departamento jurídico interno da Companhia, levando-se em consideração o risco efetivo de perda, podendo ser revisto de acordo com a fase processual e as decisões dos Tribunais. O valor das provisões é atualizado de acordo com a tabela aplicada pelo respectivo tribunal cuja ação encontra-se tramitando.

A Companhia provisiona a totalidade das ações judiciais cuja probabilidade de perda é considerada provável. As obrigações legais, independente dos prognósticos existentes, são contabilizadas em sua totalidade, dada a característica de serem questionamentos relativos à legalidade na forma da aplicação de tributos e até que os processos judiciais e/ou administrativos sejam decididos em todas as instâncias, dada a existência da previsão legal, os montantes são considerados líquidos e certos e, portanto, provável de ocorrer, sendo contabilizados integralmente. Estas provisões estão contabilizadas na rubrica "Provisões judiciais", no passivo não circulante, com base no tempo estimado de duração dos processos judiciais.

As obrigações fiscais e previdenciárias em discussão judicial, estão contabilizadas na rubrica "Outras contas a pagar" no passivo não circulante, atualizadas monetariamente pela taxa SELIC. O reconhecimento dessas obrigações independe do prognóstico de perda.

Os honorários de sucumbência são registrados com base nas informações dos assessores jurídicos da Companhia e dos consultores legais independentes e provisionados na medida das sentenças condenatórias proferidas. Legalmente será arbitrado após toda instrução processual e com a procedência dos pedidos homologados em sentença e/ou acordado.

Os valores estimados de perdas prováveis das provisões cíveis e trabalhistas são corrigidos conforme critérios de atualização monetária e juros que historicamente são determinados às causas, considerando sua natureza, o tribunal e a região as quais a causa está sendo avaliada.

Eventuais contingências ativas não são reconhecidas até que as ações sejam julgadas favoravelmente à Companhia em caráter definitivo e quando a probabilidade de realização do ativo seja provável.

3.8. Estimativas contábeis

A elaboração das Demonstrações requer que a Administração use de julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. Os ativos e passivos suscetíveis a essas estimativas e premissas são revisadas, no mínimo, anualmente, tais como: (i) aplicações financeiras (nota 5); (ii) créditos tributários e previdenciários (nota 6); (iii) Provisões Judiciais (nota 7). Revisões contínuas são feitas sobre as estimativas e premissas. O reconhecimento contábil da variação entre os valores estimados e realizados é efetuado no resultado do período.

3.9. Novas normas e interpretações contábeis ainda não adotadas

Os pronunciamentos contábeis a seguir serão adotados em períodos posteriores à data destas Demonstrações:

• Circular SUSEP nº 678/2022 - Altera a Circular SUSEP nº 648/2021 a partir de 02 de janeiro de 2024, aprovando o CPC 48 - Instrumentos Financeiros e alterando, principalmente, dispositivos relacionados as provisões técnicas e teste de adequação de passivos.

• Resolução CNSP nº 448/2022 - Altera a Resolução CNSP nº 432/2021 a partir de 02 de janeiro de 2024, alterando, principalmente, dispositivos relacionados as provisões técnicas.

Os possíveis impactos estão sendo avaliados e serão concluídos

ICATU

VANGUARDA COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

CNPJ: 42.582.049/0001-40

www.icatuseguros.com.br
Avenida Oscar Niemeyer, 2000, 18º ao 21º andares
Santo Cristo - Rio de Janeiro - CEP: 20220-297Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A segunda linha é composta pelas áreas que centralizam e coordenam atividades de gestão de riscos do Grupo Icatu. Tais áreas são responsáveis pelo apoio metodológico, supervisão da execução das atividades de controle e agente facilitador da comunicação entre as unidades operacionais e demais áreas do Grupo Icatu.

A terceira linha é composta pela auditoria interna que atua na avaliação da efetividade dos trabalhos executados pelas demais linhas.

Os riscos mapeados e monitorados são classificados de acordo com a sua probabilidade e seu potencial de impacto financeiro, considerando a maturidade dos controles já implementados. Os níveis de classificação podem ser: crítico, severo, moderado e reduzido.

O gestor promove a definição de nível de aceitação dos riscos junto ao conselho de administração. Tais níveis são formalizados como apetite a riscos. O apetite a risco define quanto e quais as perdas o Grupo Icatu está de acordo em assumir na busca por seus objetivos estratégicos, permitindo o alinhamento entre as exposições financeiras a riscos das mais variadas áreas de negócio, ao apetite global da entidade e aos apetites específicos, também formalizados pela entidade.

O apetite a risco global e os apetites por categorias são descritos de forma quantitativa e qualitativa e formalizados na declaração de apetite de riscos. Todas as diretrizes, procedimentos e definições relacionadas a estrutura de gestão de riscos descrita acima estão formalizadas na política de gestão de riscos que é anualmente revisada e aprovada pelo conselho de administração. Por fim, destaca-se que a estrutura de gestão de riscos descrita acima atende a todas as empresas do Grupo Icatu, garantindo assim a consistência dos processos, metodologias e ferramentas e a comparabilidade.

4.1. Gerenciamento, acompanhamento e mensuração dos riscos

4.1.1. Principais riscos associados

4.1.1.1. Risco de crédito

Consiste na possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de não cumprimento pelas contrapartes (emissores de créditos e resseguradoras), de suas obrigações financeiras nos termos pactuados.

Os limites à exposição ao risco de crédito relativo às aplicações financeiras são estabelecidos por meio da política de investimentos para cada companhia do Grupo Icatu. Em relação às emissões de empresas financeiras, não financeiras ou quotas de fundos de investimento, é adotada uma metodologia baseada na análise de aspectos quantitativos e qualitativos dos emissores. Os ratings em escala nacional das emissões de títulos privados presentes, diretamente ou indiretamente, nas carteiras de investimentos das empresas do Grupo Icatu Seguros. São considerados aqueles atribuídos somente pelas agências Fitch, S&P e Moody's. Na hipótese de mais de uma agência avaliar a mesma emissão, será utilizado o rating da avaliação mais recente. Caso não esteja disponível a nota da emissão, deverá ser utilizado a do emissor, se disponível.

O monitoramento do risco de crédito é estabelecido por meio de uma análise de ratings e duration que estima uma exposição a perda usando probabilidade de default dos ativos.

Em 31 de dezembro de 2023, o montante de R\$ 3.410, que representa 75% das aplicações financeiras nesta data, (R\$ 3.015, que representa 67% em 31 de dezembro 2022), estão alocados em títulos emitidos pelo Tesouro Nacional (risco soberano) ou em ativos da menor categoria de risco possível (classe AAA). O volume de aplicações em fundos não exclusivos totaliza R\$ 1.164, que representa 25% das aplicações financeiras nesta data, (R\$ 1.482 que representa 33% em 31 de dezembro 2022).

A Companhia não possui aplicações em créditos privados detidos diretamente ou através de fundo de investimento exclusivo.

4.1.1.2. Risco de mercado

O risco de mercado decorre de flutuações de fatores do mercado financeiro, como taxas de juros, taxas de câmbio, índices de preços e preço de ações, que causam mudança nos valores de ativos e passivos, podendo afetar de forma severa a solvência das empresas supervisionadas.

O controle do risco de mercado é baseado no modelo Value at Risk - VaR, que busca estimar a perda máxima esperada em um dado horizonte de tempo com certo grau de confiança.

O Grupo Icatu realiza análise periódica de sua carteira de investimentos com o intuito de avaliar a sua volatilidade, por meio de mudanças que podem trazer alterações significativas nos resultados. Tal política é adotada pelas áreas de controles de investimentos, em conjunto com a área de gestão de riscos, e revista anualmente.

A análise de sensibilidade das aplicações financeiras é elaborada levando em consideração:

(I) O VaR paramétrico: Assume uma distribuição normal para os retornos, tendo como horizonte de tempo 1 mês e como grau de confiança 95%. Os dados utilizados para apuração são os retornos mensais desde junho de 2016, sendo que o método para medir a volatilidade dos retornos é o de médias móveis exponencialmente ponderadas (EWMA), com fator de decaimento de 0,95.

(II) DV01 (dólar-value for one basis-point): medida de sensibilidade para variação do preço de um título de renda fixa em relação à variação de 1 (um)

basis-point (0,01%) na taxa de juros a qual sua remuneração está associada. No quadro a seguir são apresentadas as informações de VaR e DV01, para a Companhia:

Fatores de Risco	31/12/2023			31/12/2022				
	DIV-01	EWMA	VAR	Expo-siçã	DIV-01	EWMA	VAR	Expo-siçã
Pré-fixado - DI	-	0,95	0,03	(0,04)	0,08	0,95	0,03	(1)
IPCA	(0,004)	0,95	0,26	14	(0,004)	0,95	0,26	15

4.1.1.3. Risco de liquidez

O risco de liquidez refere-se à possibilidade de as empresas não terem capacidade de converter seus ativos em recursos líquidos para honrarem os pagamentos de benefícios e sinistros e demais obrigações, esperadas e inesperadas, dentro da data estabelecida e sem incorrer em perdas significativas, devido à eventual ausência ou descontinuidade de negociação do mercado ou ao seu tamanho em relação ao volume normalmente transacionado.

Uma visão para risco de liquidez considera os fluxos de caixa esperados dos títulos de renda fixa (públicos, privados ou operações compromissadas), sem considerar a venda antecipada destes títulos ou de outros investimentos na carteira. A divisão do somatório destes fluxos, denominados como fluxos dos investimentos, pelo somatório do valor dos benefícios e sinistros líquidos das contribuições e prêmio, fluxos de receitas e despesas operacionais além de outras obrigações, denominados como fluxos operacionais, pode ser chamada de Índice de Liquidez ("IL").

Assim, um IL superior a 1 (um) indica que a empresa possui liquidez suficiente para arcar com seus compromissos futuros no horizonte de análise.

O monitoramento considera o menor indicador no horizonte de 6 meses do percentual de ativos líquidos em relação às obrigações.

As tabelas a seguir apresentam os principais ativos e passivos financeiros e seguros detidos pela Companhia, classificados segundo os prazos de vencimento contratuais dos fluxos de caixa, sem considerar a intenção de negociação ou marcação desses ativos.

Ativos e passivos	31/12/2023		
	Até 1 ano	Acima de 2 anos	Total
Caixa e bancos	43	-	43
Aplicações financeiras	1.164	3.410	4.574
Títulos e créditos a receber	124	2.599	2.723
Total de ativos	1.331	6.009	7.340
Contas a pagar	47	2.056	2.103
Total de passivos	47	2.056	2.103

Ativos e passivos	31/12/2022		
	Até 1 ano	Acima de 2 anos	Total
Caixa e bancos	161	-	161
Aplicações financeiras	1.482	3.015	4.497
Títulos e créditos a receber	126	2.464	2.590
Despesas antecipadas	37	-	37
Investimentos	2	-	2
Total de ativos	1.808	5.479	7.287
Contas a pagar	69	1.922	1.991
Total de passivos	69	1.922	1.991

Os ativos financeiros, em sua maioria, possuem liquidez imediata e podem ser resgatados a qualquer momento para fazer face às obrigações, desta forma a expectativa de exigibilidade e realização avaliadas com prazos distintos no aging não representa risco.

4.1.1.4. Gestão de capital

A gestão de capital é um processo contínuo que visa garantir que o Grupo Icatu mantenha uma base de capital sólida e assim venha fazer frente aos riscos relevantes que possam afetar significativamente o seu negócio. Para tanto esse processo é estabelecido em um planejamento atrelado aos objetivos estratégicos do Grupo Icatu e mantido com base em cenários de normalidade e estresse. A suficiência de capital é avaliada e mantida conforme os critérios emitidos pelo CNSP e SUSEP.

5. Aplicações financeiras

5.1. Classificação por categoria e faixa de vencimento

As quotas de fundos de investimentos estão precificadas conforme valores publicamente divulgados pelas instituições financeiras administradoras dos respectivos fundos. Segue demonstração da abertura da carteira:

I. Títulos mensurados ao Valor Justo por Meio de Resultado:	31/12/2023				
	Taxas contra-tadas	Sem vencimento	De 13 a 60 contábil / meses	Valor contábil / mercado	Porcentual das aplicações
Quotas de fundos de investimento - não exclusivos	1.164	-	1.164	25%	
Letras financeiras do tesouro	SELIC	-	3.410	3.410	75%
Total	1.164	3.410	4.574	100%	

Circulante	01/01/2022		Consti-tuição		Realização/ Reversão		31/12/2022		Consti-tuição		Realização/ Reversão		31/12/2023	
Imposto de Renda Diferido	252	2	(5)	249	20	(20)	249	20	(20)	249	20	(20)	249	20
Diferenças temporárias	252	2	(5)	249	20	(20)	249	20	(20)	249	20	(20)	249	20
Contribuição Social Diferida	151	1	(2)	150	12	(12)	150	12	(12)	150	12	(12)	150	12
Diferenças temporárias	151	1	(2)	150	12	(12)	150	12	(12)	150	12	(12)	150	12
Total	403	3	(7)	399	32	(32)	399	32	(32)	399	32	(32)	399	32

Os créditos tributários diferidos da Companhia estão classificados no ativo não circulante, sendo originados de adições e exclusões temporárias, compostos, em sua maioria, de provisões judiciais fiscais e atualizações de depósitos judiciais. Os débitos tributários diferidos estão classificados no ativo não circulante.

Com o fim da vigência da Medida Provisória (MP) nº 1.115, que altera a Lei nº 7.689 de 1988, passa a vigorar a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL de 16% para 15%, com produção de efeitos a partir de 01/01/2023. A seguir, a composição das adições/exclusões das diferenças temporárias:

	Diferenças Temporárias	
	31/12/2023	31/12/2022
Imposto de renda/contribuição social		
Atualização Depósito Judicial	(1.060)	(925)
COFINS Exigibilidade suspensa	1.611	1.504
PIS Exigibilidade Suspensa	445	418
Total das provisões temporárias	996	997
Alíquota aplicada - IRPJ - 25%	249	249
Alíquota aplicada - CSLL - 15%	150	150
Total	399	399

7. Provisões judiciais, obrigações fiscais e depósitos judiciais

7.1. Depósito judiciais e fiscais

Os saldos de depósitos judiciais fiscais estão classificados no ativo não circulante e são compostos como segue:

	31/12/2023		31/12/2022	
	Saldo Inicial	Adições	Saldo Inicial	Adições
Saldo Inicial	2.065	-	1.920	7
Atualização monetária	135	138	-	-
Saldo final	2.200	2.065	1.920	7

7.2. Outras contas a pagar - obrigações fiscais

Na rubrica "Outras contas a pagar" são registradas as obrigações fiscais referentes ao valor total em discussão dos processos judiciais, composto pelas causas cíveis, trabalhistas e pelas discussões em que se questionam PIS e COFINS sobre as receitas financeiras, onde a Companhia depositou judicialmente e provisionou os montantes até março de 2022 e depois dessa data, passou a pagar.

Contribuição	Saldo em 31/12/2022		Atualização monetária		Pagamentos / Baixas		Saldo em 31/12/2023	
COFINS	1.504	107	-	1.611	-	-	1.611	-
PIS	418	27	-	445	-	-	445	-
Total - Obrigações Fiscais	1.922	134	-	2.056	-	-	2.056	-

Apresentamos, a seguir, um resumo dos principais questionamentos oriundos de obrigações fiscais.

Tese	PIS		COFINS		TOTAL	
	Depósito judicial	Provisão	Depósito judicial	Provisão	Depósito judicial	Provisão
Alargamento da base (a)	282	262	1.712	1.611	1.994	1.873
Faturamento (b)	206	183	-	-	206	183
Saldo total 31/12/2023	488	445	1.712	1.611	2.200	2.056

Tese	PIS		COFINS		TOTAL	
	Depósito judicial	Provisão	Depósito judicial	Provisão	Depósito judicial	Provisão
Alargamento da base (a)	264	245	1.606	1.504	1.870	1.749
Faturamento (b)	196	173	-	-	195	173
Saldo total 31/12/2022	460	418	1.606	1.504	2.065	1.922

(a) PIS/COFINS - Alargamento da base - Lei nº 9.718/1998: Ativo garantidor e ativo livre - Lei nº 12.973/2014;
(b) PIS - Sobre as receitas brutas operacionais de Jul/97 em diante - Emenda Constitucional nº 17/1997 e PIS - Incidente sobre as receitas operacionais brutas nos termos do artigo 72, inciso V do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988.

8. Patrimônio líquido

8.1. Capital social

O capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 4.699, representado por 3.316.721 ações sem valor nominal, sendo ações ordinárias nominativas.

8.2. Reservas de lucros

As reservas de lucros, em 31 de dezembro de 2023, são de R\$ 522 (R\$ 824 em 31 de dezembro de 2022) e são compostas por:
(i) Reserva legal de R\$ 522 é constituída ao final do exercício social com a destinação de 5% do lucro líquido do exercício e será constituída pela Companhia até que o seu valor atinja 20% do capital social em conformidade com o art. 193 da Lei 6.404/76.

8.3. Ajuste de avaliação patrimonial

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia não tinha mais aplicações em ativos disponíveis para venda. O saldo ajuste de avaliação patrimonial em 31 de dezembro de 2022 é de uma perda de R\$ 243.

8.4. Política de dividendos e distribuição de resultados

O estatuto social da Companhia estabelece um dividendo mínimo de 25%, calculado sobre o lucro líquido anual, ajustado na forma prevista pelo artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

A distribuição de resultados, para os anos de 2023 e de 2022, aconteceu da forma demonstrada a seguir:

Lucro (prejuízo) líquido no ano	31/12/2023		31/12/2022	
	(288)	19	288	-
Compensação de prejuízos acumulados	-	-	-	-
Lucro líquido no ano após compensações	-	19	288	-
Constituição de Reserva legal	-	(1)	-	(1)
Base para a distribuição de dividendos	-	18	288	-
Dividendo mínimo obrigatório	-	9	-	9
Total Destinação do lucro líquido	-	19	288	-
Constituição de Reserva legal	-	1	-	1
Constituição de dividendo mínimo obrigatório	-	5	-	5
Dividendos em excesso ao mínimo obrigatório	-	13	-	13

8.5. Patrimônio líquido ajustado - PLA e exigência de capital

Em atendimento à Resolução CNSP nº 432/2021 e suas alterações posteriores, as Sociedades Supervisionadas deverão apresentar Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) igual ou superior ao Capital Mínimo Requerido (CMR), equivalente ao maior valor entre o capital base e o Capital de Risco (CR) respeitado os níveis de qualidade estabelecidos para cobertura do CMR conforme abaixo demonstrado:

a) no mínimo 50% (cinquenta por cento) do CMR serão cobertos por PLA de nível 1;
b) no máximo 15% (quinze por cento) do CMR serão cobertos por PLA de nível 3; e
c) no máximo 50% (cinquenta por cento) do CMR serão cobertos pela soma do PLA de nível 2 e do PLA de nível 3.

I. Títulos mensurados ao Valor Justo por Meio de Resultado:	31/12/2022				
	Taxas contra-tadas	Sem vencimento	De 13 a 60 contábil / meses	Valor contábil / mercado	Porcentual das aplicações
Quotas de fundos de investimento - não exclusivos	1.482	-	1.482	33%	
Letras financeiras do tesouro	SELIC	-	3.015	3.015	67%
Total	1.482	3.015	4.497	100%	

5.2. Movimentação dos instrumentos financeiros por categorias

Títulos mensurados ao Valor Justo por meio de resultado

Saldo final em 01 de janeiro de 2022		4.546	
(-) Resgates		(595)	
(+) Rendimentos		546	
Saldo final em 31 de dezembro de 2022		4.497	
(+) Aplicações		100	
(-) Resgates		(575)	
(+) Rendimentos		552	
Saldo final em 31 de dezembro de 2023		4.574	

5.3. Critérios adotados na determinação do valor justo

Os ativos mantidos em carteira administrada própria ou nos fundos de investimento exclusivos são avaliados ao valor justo, utilizando-se preços negociados em mercados ativos de referência divulgados pela ANBIMA e pela B3, exceto para os títulos classificados como mantidos até o vencimento, que são atualizados pelos indexadores e taxas pactuadas por ocasião de suas aquisições. Os ativos foram classificados por níveis de hierarquia de mensuração ao valor justo, sendo:

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- **Nível 2:** inputs de mercado, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 - que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);
- **Nível 3:** premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Na sequência, a composição das aplicações financeiras classificadas por níveis de hierarquia de mensuração ao valor justo, incluindo a carteira dos fundos exclusivos:

I. Títulos mensurados ao valor justo por meio de resultado:	31/12/2023		
	Nível 01	Nível 02	Total
Letras financeiras do tesouro	3.410	-	3.410
Fundos de investimento não exclusivos	-	1.164	1.164
Total (I)	3.410	1.164	4.574

I. Títulos mensurados ao valor justo por meio de resultado:	31/12/2022		
	Nível 01	Nível 02	Total
Letras financeiras do tesouro	3.015	-	3.015
Fundos de investimento não exclusivos	-	1.482	1.482
Total (I)	3.015	1.482	4.497

6. Créditos tributários e previdenciários

6.1. Tributos a recuperar

Os tributos a recuperar de R\$ 124 (R\$ 120 em 31 de dezembro de 2022), são compostos de imposto de renda em R\$ 71 (R\$ 70 em 31 de dezembro de 2022) e demais impostos R\$ 53 (R\$ 50 em 31 de dezembro de 2022).

6.2. Tributos diferidos

Os ativos e passivos fiscais diferidos da Companhia são compensados de acordo com o "CPC 32 - Tributos Sobre o Lucro".
Apresentamos abaixo o quadro com os débitos e créditos tributários pelos montantes líquidos, quando de mesma natureza e jurisdição, sendo divulgados no passivo não circulante, na rubrica "Tributos Diferidos".



VANGUARDA COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

CNPJ: 42.582.049/0001-40

www.icatuseguros.com.br
Avenida Oscar Niemeyer, 2000, 18º ao 21º andares
Santo Cristo - Rio de Janeiro - CEP: 20220-297

Diretoria

Luciano Soares
Diretor-Presidente

Alexandre Petrone Vilardi
Diretor

César Luiz Salazar Saut
Diretor

Marcio de Moraes Palmeira
Diretor

Contador

Ivandro de Almeida Oliveira
CRC RJ 076.168/O-7

Atuária

Lígia de Abreu Sodré Pires
MIBA nº 1394

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da Vanguarda Companhia de Seguros Gerais Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Vanguarda Companhia de Seguros Gerais ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações dos resultados e dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Vanguarda Companhia de Seguros Gerais em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Provisões judiciais e Outras Contas a Pagar – Obrigações Fiscais

Principal assunto de auditoria	Como a auditoria endereçou esse assunto
Conforme apresentado nas notas explicativas nº 3.7 e 7.2 às demonstrações financeiras, a Companhia possui passivos reconhecidos com base na avaliação da probabilidade de perda provável. Tais provisões requerem julgamento da Companhia na determinação da probabilidade de perda. Devido à relevância quantitativa dessas provisões judiciais, consideramos esse assunto significativo em nossa auditoria.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: <ul style="list-style-type: none"> - Entendimento dos controles chave relacionados ao processo de avaliação de risco de perda das ações judiciais. - Obtenção de confirmações diretamente com os advogados externos contratados pela Companhia com a relação dos processos judiciais fiscais em andamento e suas respectivas probabilidades de perda e valores estimados em risco e confronto com os saldos contábeis. - Avaliação dos prognósticos de perda informados pelos advogados externos, relativo aos processos judiciais fiscais em andamento, com o Departamento Jurídico da Companhia. - Revisão de atas de reuniões e indagações da administração sobre discussões relativas às provisões judiciais. - Recálculo independente da atualização monetária das obrigações fiscais e confronto com os saldos contábeis. Os nossos procedimentos de auditoria incluíram também a avaliação se as divulgações nas demonstrações financeiras consideraram as informações relevantes.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião.

- A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras: (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Companhia e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras.

- Ao planejarmos a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria.

- A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou os valores fixados pelo auditor, inferiores ao considerado relevante para as demonstrações financeiras como um todo, para adequadamente reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto excedam a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo.

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente, e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 27 de fevereiro de 2024.

KPMG Auditores Independentes Ltda.

CRC SP-014428/O-6 F-RJ

Marcelo Nogueira de Andrade

Contador CRC RJ-086312/O-6



PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/FAE4-8987-C52F-0A76> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: FAE4-8987-C52F-0A76



Hash do Documento

87AB1EE452415B5DEAC9ED37F1DC760B5F312103A4E8D71DF5345973E5D2A76A

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 27/02/2024 é(são) :

- Marcos Nogueira Da Luz - ***.729.427-** em 27/02/2024 02:20
UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital - JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA -
33.270.067/0001-03

